

Descentralizando concepções de letramento: refletindo sobre as noções de meritocracia e privilégios a partir dos estudos da linguagem /

Decentralizing conceptions of literacy: reflecting on the notions of meritocracy and privileges from language studies

*Bianca Alencar Vellasco**

Doutoranda em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Estudos de Língua e Interculturalidade pela Universidade Estadual de Goiás (2019). Licenciada em Letras - Português/Inglês e suas respectivas Literaturas (2016), com especialização em Linguagens e Educação Escolar (2018), ambas pela Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em Língua Portuguesa e Inglesa, com interesse em ideologias linguísticas e políticas linguísticas.



<https://orcid.org/0000-0001-8138-2204>

Recebido em: 14 mar. 2022. **Aprovado em:** 09 jun. 2022.

Como citar este ensaio:

VELLASCO, Bianca Alencar. Descentralizando concepções de letramento: refletindo sobre as noções de meritocracia e privilégios a partir dos estudos da linguagem. *Revista Letras Raras*, v. 11, n. 2, p. 286-295, jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8215722>

RESUMO

Este ensaio é uma tentativa de descentralizar epistemologicamente a concepção de letramento a partir da apresentação de uma visão contra-hegemônica deste conceito conectado a duas noções sociais: a de meritocracia e a de privilégios. O objetivo foi produzir uma reflexão que explicita a relação existente entre a superação da magicização da palavra escrita (Freire, 1986) e a ruptura de uma visão fatalista das estruturas sociais. Entre os resultados, destaca-se que a noção de modelo autônomo de letramento se conectaria à noção de meritocracia, e que a noção de modelo ideológico de letramento se conectaria à noção de privilégios. As noções de meritocracia e de privilégios funcionaram aqui como sintomas sociais que, em alguma medida, relacionam-se com as concepções de linguagem que nos perpassam e também como um reflexo de como as ideologias linguísticas que reproduzimos e carregamos representam e orientam a forma como nos relacionamos em nossas práticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Modelos de letramento; Meritocracia; Privilégios.

ABSTRACT

This work is an attempt to epistemologically decentralize the concept of literacy by presenting a counter-hegemonic view of this concept connected to two social notions: meritocracy and privilege. Among the results, it is highlighted that the notion of autonomous literacy model is connected to the notion of meritocracy, and that the notion of ideological literacy model is connected to the notion of privileges. The notions of meritocracy and privilege functioned here as social symptoms that to

*



vellascobianca@gmail.com

some extent relate to the concepts of language that permeate us and also as a reflection of how the linguistic ideologies we reproduce and carry represent and guide the way we relate in our social practices.

KEYWORDS: *Literacy models; Meritocracy; Privileges*

1 Introdução

O objetivo desta reflexão é tornar visível, em pelo menos um aspecto, a relação que há entre a superação da magicização da palavra escrita (Freire, 1986) e a ruptura de uma visão fatalista das estruturas sociais. Para isso, a proposta é conectar os dois chamados modelos de letramento, apresentados em Street (1984), a outras duas noções que circulam na sociedade – a de meritocracia e a de privilégios - e tentar pensá-las juntamente, em como convergem e em como podem ser conectadas.

Por “magicização da palavra escrita”, estou me referindo a um determinado momento do texto *A importância do ato de ler* (1986) em que Paulo Freire, partindo do argumento de que linguagem e a realidade se prendem dinamicamente, salienta a urgência de percebermos a leitura e a escrita como atividades complexas que se misturam com nossas outras experiências existenciais e perceptivas, e não como algo que possua características mágicas ou imanes de acesso à nossa cognição. Superar uma visão mágica da palavra escrita é enxergá-la de maneira processual, localizada, contextualizada, socialmente complexa, considerando a materialidade e a concretude das relações sociais.

Por “visão fatalista das estruturas sociais”, refiro-me a crenças de bases deterministas, em que se assume “suposições estáticas sobre as relações sociais e políticas” (Pennycook, 2012, p. 129). É como se as estruturas sociais fossem esquemas fixos e a organização da sociedade não pudesse ser alterada. Nessa visão fatalista, como as relações de poder ficam invisibilizadas, a pressão exercida é para que consideremos que os lugares políticos já estão estabelecidos e que apenas podemos nos mover em posições pré-estabelecidas, jamais rompendo com o paradigma imposto

Tentar articular a relação entre as noções que subjazem os dois modelos clássicos de letramento tratados por Street (1984) com as noções circulantes sobre os significados de meritocracia e privilégios, em última instância, é também tentar tornar mais visível os rastros por onde passam as concepções de linguagem que carregamos. Dito de outra forma, se faz sentido que “a compreensão

que as pessoas fazem do letramento é um aspecto importante de seu aprendizado, pois são essas teorias que guiam suas ações” (BARTON; HAMILTON, 2000, p. 13, tradução livre), as perguntas aqui ocorrem na seguinte direção: como conhecer e explorar os dois modelos de letramento poderia impactar a nossa compreensão de meritocracia e de privilégios? Como essas quatro noções podem ser vistas interseccionadas de forma que possamos expandi-las ou modificá-las, ou ao menos enxergá-las em mais de uma camada?

2 Dois modelos de letramento: autônomo e ideológico

O chamado modelo autônomo de letramento, apresentado no trabalho de Brian Street (1984), pode ser compreendido como a concepção de letramento que estaria no centro, como a dominante/hegemônica, na sociedade. É um entendimento de letramento que relaciona imediatamente o domínio de um processo de escrita com ideias como “progresso, civilização e mobilidade social” (Kleiman, 1995), desconsiderando as condições de uso e as particularidades dos eventos e grupos sociais envolvidos. Neste modelo autônomo, os textos carregariam consigo uma lógica “interna”, que poderia ser descoberta apenas pela “aplicação” de um processo mental, desconsiderando as implicações sociais/situacionais/contextuais dos significados, ou seja, um modelo mais determinista, universalista e essencialista. É justamente aí que remonta a característica de “autonomia”, como uma referência à crença de que a escrita seria “um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado (KLEIMAN, 1995, p. 21)

Kleiman (1995) acrescenta que este modelo autônomo é considerado, por muitos pesquisadores, parcial e até mesmo equivocado, pois é uma concepção que “pressupõe que há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido” (KLEIMAN, 1995, p. 21), e que insiste em associações de causalidade, como se a “aquisição” ou “domínio” de um letramento específico (neste caso, do letramento escolar) fosse uma garantia de acesso a esquemas sociais diversos.

Deslocar essa visão, retirá-la do centro, passa primeiramente por considerar que o letramento está em outros locais para além da escola, e que mesmo durante os momentos em que atividades de ler e escrever não estão acontecendo, ele está presente nas relações sociais, pois a nossa cultura está organizada em diversas práticas discursivas letradas que ocorrem quase que a

todo momento, e das quais participaremos, em eventos de letramento, até mesmo se não formos ou se não somos alfabetizados formalmente. Em resumo, partir do ponto de que o letramento é uma prática social, e não apenas individual e escolarizada, já representa um deslocamento do conceito de letramento tradicional.

Esse deslocamento toma forma no chamado modelo ideológico de letramento, presente no mesmo trabalho de 1984 de Brian Street, em que o escopo do letramento são as práticas necessariamente plurais, sociais e culturalmente determinadas. Neste modelo, as relações não se dão de maneira meramente causal, mas sim dependendo das diversificações dos contextos de aquisição, e o que ocorreria seria uma grande “interface entre práticas orais e práticas letradas” (Kleiman, 1995).

Este contraponto do modelo ideológico traz, portanto, que os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida (KLEIMAN, 1995, p. 21), o que nos oportuniza pensarmos que as práticas de letramento ocorrem em micro contextos: diferentes práticas de letramento têm consequências diferentes, socialmente determinadas, a depender do desempenho desses sujeitos. Isso parece óbvio, mas é o que o modelo autônomo ignora e trata como universal.

Por fim, o que está sendo chamado aqui de prática social pode ser encontrado no trabalho de Barton & Hamilton, no momento em que eles afirmam que “as práticas são processos sociais que conectam as pessoas umas às outras, incluindo suas noções compartilhadas representadas por ideologias e em identificações sociais” (Barton & Hamilton, 2000, p. 7). Em se falando de noções compartilhadas e ideologias, podemos destacar duas ideias que estão presentes quando pensamos em diversas esferas e domínios de atuação, como o mercado de trabalho, a vida acadêmica, e em qualquer outra situação em que disputamos posições sociais: a noção de meritocracia e a noção de privilégios.

3 Meritocracia e privilégios: duas noções sociais polissêmicas e suas conexões com os modelos de letramento autônomo e ideológico

O termo “meritocracia” aparece pela primeira vez no livro “The rise of meritocracy” (1958), escrito pelo sociólogo e político inglês Michael Young. Nesta obra, o próprio autor cunhador do termo

se referia à meritocracia num tom satírico, como parte integrante de um caminho distópico, e argumentava que um sistema meritocrático apenas serviria para perpetuar desigualdades. Apesar da obra em si não ter alcançado uma relevância considerada atual, o termo cunhado em 1968 atravessou as décadas e até hoje é pauta em diversas discussões sociais, e para se referir ao assunto, alguns estudos tratam esta obra como marco de referência, por exemplo, a partir do seguinte ângulo:

Sua distopia é instrutiva precisamente pelo que falhou em prever. O fato de que o futuro inevitável de Young não foi confirmado na realidade sugere que a lógica meritocrática passou por uma transformação e tomou outro caminho. Quatro princípios historicamente contingentes de meritocracia podem ser extraídos de seu relato: (1) A meritocracia requer visão administrativa e a redistribuição cuidadosa da capacidade humana. (2) Para fins administrativos, a habilidade humana é uma característica relativamente fixa. (3) A competição é irracional e deve ser evitada. Uma meritocracia aperfeiçoada é aquela em que as desigualdades correspondem precisamente às habilidades. É uma sociedade onde as desigualdades são justamente desiguais. (ALLEN, 2011, p. 4-5, tradução livre)

Apresento esta breve reflexão sobre meritocracia enquanto vocábulo apenas a título de explicação sobre a possível origem do termo, pois o foco aqui não é empreender uma pesquisa teórica sobre os caminhos do conceito de meritocracia em si, mas apenas traçar uma interpretação sobre suas possíveis nuances discursivas em conexão às categorias de letramento mencionadas, como um caminho de acesso aos efeitos das ideologias linguísticas na nossa relação com o mundo social.

Por fim, cabe dizer que a definição de meritocracia passa a se tornar problemática justamente a depender da concepção que temos de outras categorias, como a de sujeito e de organização da sociedade. Perguntado sobre o tema, o historiador e professor brasileiro Sidney Chalhoub enfatiza um entendimento mais complexo do conceito de meritocracia, quando salienta que “a ideia da meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sociais e raciais que caracterizam a nossa sociedade.” (Chalhoub, 2017, s/p).

Outra noção que circula em vários debates sociais são as interpretações possíveis para a questão dos privilégios. Etimologicamente, *Privilegium*, do Latim, significa “lei aplicada a apenas uma pessoa”. A grosso modo, a noção de privilégio diz respeito a uma desigualdade que ocorre para favorecer um grupo determinado de pessoas.

O privilégio como conceito propriamente dito na teoria social pode ser encontrado estando relacionado à pesquisadora feminista americana Peggy McIntosh, quando, em seu trabalho intitulado *Unpacking the Invisible Knapsack* (1989), ela desenvolve a ideia de que o grupo das pessoas brancas carregaria “um pacote invisível de ativos não adquiridos”, como uma mochila invisível de vantagens implícitas e sistêmicas. Em síntese, esse conceito mostraria como uma sociedade institucionalmente estruturada no racismo estaria condicionada a beneficiar as pessoas por uma cor de pele erigida sócio-historicamente como superior.

Como não se pretende aprofundar nestes dois conceitos, mas apenas abordá-los como duas noções sociais circulantes e polissêmicas, partiremos do ponto de que a meritocracia como ideologia política consiste no estabelecimento de uma relação direta entre mérito e poder, em que seríamos avaliados somente por nossos méritos enquanto indivíduos na sociedade, e não como sujeitos descontínuos (SPIVAK, 2010) divididos, clivados por nossas condições sociais. A grosso modo, a lógica da meritocracia é a de que, quanto mais esforço fizermos para conquistar nossos objetivos (educacionais, econômicos, culturais, etc.), mais garantia de retorno teremos, independentemente das condições sociais às quais estivermos atrelados. Da mesma forma, a interpretação basilar para privilégios aqui será a de que um favorecimento sistêmico de uma classe social e racial específica está na base de estruturação da sociedade, e de que isso perdura desde a época colonial até os dias atuais de capitalismo neoliberal, e de que esse favorecimento ocorre na forma de vantagens implícitas que alguns grupos sociais possuem em relação ao acesso educacional, poder institucional, cultural, político, acadêmico, e - sobretudo - linguístico.

Tendo isso em vista, podemos fazer algumas relações entre o que se disse aqui sobre letramento autônomo, letramento ideológico, meritocracia e privilégios.

4 Modelos de interpretação das estruturas sociais: meritocracia como noção “autônoma” e privilégios como noção “ideológica”

Se a meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades (Chalhoub, 2017), o modelo autônomo de letramento é uma perspectiva que alimenta concretamente a utilização da escrita num sistema de valores meritocráticos, pois insiste numa suposta universalidade que beneficia grupos

sociais historicamente privilegiados através da valorização de apenas uma entre as várias formas de práticas linguísticas, construída em cima de uma ideologia estritamente grafocêntrica. Em outras palavras, se a ideia de que a meritocracia pode ser um valor universal serve à reprodução eterna de desigualdades sociais e raciais, a ideia da escrita como ferramenta universal serve como uma forma de instrumentalização desse processo.

Desconectar a escrita das suas condições de produção serve à manutenção das estruturas e instituições que se utilizam dela como ferramenta de exclusão e dominação. Podemos encontrar exemplos disso na história dos chamados Estados democráticos, em trabalhos como o de Coulmas (2014), que nos traz um episódio emblemático sobre como a história do direito ao voto se relaciona com a história do estabelecimento das práticas hegemônicas de letramento locais ou vernaculares, práticas essas que se relacionam diretamente com categorias de raça e gênero (COULMAS, 2014).

Neste texto, Coulmas (2014) nos fala das dimensões interpostas no pretendido caminho do “letramento universal”, que são: estratificação social, raça, gênero, língua e etnia. Para exemplificar essa desigualdade e arbitrariedade, Coulmas (2014) traz a discussão sobre o direito ao voto (no século XIX e primeira metade do século XX) estar relacionado estritamente à capacidade de ler e escrever, e de como isso estava atrelado a um projeto de exclusão de uma raça específica:

o principal objetivo, sobretudo nos estados do Sul [nos Estados Unidos] era impedir que ex-escravos pudessem votar. Antes da abolição, num claro reconhecimento do potencial subversivo do letramento, os negros escravizados nunca foram ensinados a ler e a escrever, de modo que seu grau de letramento era extremamente baixo. (COULMAS, 2014, p. 91)

Acreditar na eficácia de um modelo autônomo de letramento e insistir na sua validade como única possibilidade de averiguação a respeito de quem possa ser “mais” letrado ou “menos” letrado é alimentar as engrenagens de um sistema meritocrático cego dentro de um país que carrega uma mácula gigantesca de desigualdade social como é o caso do Brasil.

Enquanto isso, o modelo ideológico seria uma perspectiva que alimentaria a noção de privilégios, pois nos convida a olharmos as estruturas desiguais de sustentação do modelo atual da sociedade neoliberal em que vivemos. Alimentar a transparência de um modelo ideológico de letramento é também lidar criticamente com o modo de distribuição de privilégios que podemos encontrar em todas as áreas em que permeiam as nossas relações sociais.

Além disso, falar de um modelo ideológico de letramento se relaciona com a ideia de privilégios, pois estaremos expandindo o horizonte para olharmos para as “práticas escriturais de sujeitos subalternizados que desafiam o letramento formal e pedagogizado” (LOPES et al, 2019, p. 33) e também para os “diversos significados e usos da leitura e da escrita, criando nas instituições de ensino territórios de empoderamento, formas de reexistir e de sobreviver culturalmente” (LOPES et al, 2019, p. 53). A partir disso podemos compreender como o letramento formal e pedagogizado, baseado numa ideologia estritamente grafocêntrica, seria a forma de letramento privilegiada e mais legitimada, pois ela está associada à base cultural dos grupos sociais que detém sua produção e manutenção.

Com Spivak (2010), também é possível fazermos o exercício de repensar categorias sociais considerando as perspectivas apresentadas nos dois modelos de letramento aqui discutidos. Em *Pode o subalterno falar?*, ela desenvolve a ideia de que existe um sujeito forjado no essencialismo, que seria supostamente autônomo, livre e único. Como contraponto a esse sujeito, ela descreve um sujeito clivado, perpassado pelas ideologias, que é dividido, localizado, temporalizado e descontínuo. A primeira visão, de sujeito “livre”, conectaria-se ao discurso do letramento autônomo e também ao discurso da meritocracia, ideologias que servem de manutenção a um pensamento universalista e de magicização da palavra escrita. Já a noção de sujeito clivado se relacionaria com o modelo ideológico de letramento, pois nos recorda que os sujeitos, assim como as práticas, são temporalizados, descontínuos, e totalmente marcados pelos processos em que se inserem.

Considerações finais

As práticas sociais são múltiplas, variáveis, plurais, diversificam-se e se expandem conforme as organizações sociais em que ocorrem. Uma perspectiva que considera a prática social como constitutiva da linguagem é uma perspectiva que estará sempre em expansão e conectada a pontos moventes. Por isso, o intuito deste trabalho foi pensar no desdobramento de dois conceitos específicos dentro dos estudos linguísticos – o de letramento autônomo e o de letramento ideológico - relacionados a duas noções sociais conhecidas no senso comum e de caráter um tanto quanto polêmico: meritocracia e privilégios.

Entre os resultados, destaca-se que a noção de modelo autônomo de letramento se conecta à noção de meritocracia, e que a noção de modelo ideológico de letramento se conecta à noção de

privilégios. As noções de meritocracia e de privilégios funcionaram aqui como sintomas sociais que em alguma medida se relacionam com as ideologias que carregamos, e como um reflexo de como essas ideologias representam a forma como nos relacionamos em nossas práticas sociais.

O mito do letramento autônomo tem relação direta com a ideia de que a escrita carrega em si qualidades e poderes intrínsecos, mágicos e de reificação. Trata-se de uma ideologia que se aproximaria da concepção de meritocracia na medida que considera que existam efeitos universais mediante nossos esforços como indivíduos, e que desconsidera os micros contextos, fazendo vista grossa para uma sociedade que está estruturada em categorias arbitrárias como raça, gênero, etc. Um modelo autônomo de letramento serve também de manutenção para a crença em dicotomias como: fala x escrita, letrado x analfabeto, primitivo x evoluído, etc., e vários outros binarismos. Explicitar a carga ideológica dessas crenças é uma tentativa de tornar mais visíveis algumas das articulações do pensamento moderno e colonial que vão se tornando invisíveis e naturalizadas ao longo do tempo.

Neste caso específico, vimos como a escrita e as ideologias que circulam sobre a sua aquisição e desenvolvimento podem operar para serem mais uma ferramenta de exclusão de grupos já historicamente marginalizados.

O conceito de letramento ideológico tem nuances convergentes com a teoria dos privilégios, pois reconhece a distribuição desigual das possibilidades de acesso às diferentes posições sociais. Entre essas posições sociais, podemos enquadrar as diferentes configurações dos letramentos que, no formato de avaliações formais, funcionam como porta de entrada para cargos, títulos, processos seletivos, etc.

Refletir a respeito dos significados de letramento segundo uma visão contra-hegemônica pode ser uma alternativa a uma visão fatalista/salvacionista das posições que podemos ocupar socialmente. Posições essas que são disputadas, principalmente, por intermédio da linguagem e por relações de poder que se desdobram por meio de práticas discursivas situadas. O que fazemos com o letramento passa necessariamente pela consciência do que podemos, do que não podemos, e pela nossa capacidade de rastrear os resquícios ideológicos que dão contorno ao motivo de não estarmos inseridos nas posições sociais que almejamos. O que podemos está na ordem do merecimento meritocrático ou na ordem da distribuição de privilégios? Como o exercício de pensar isso como um

sintoma social permeado pela forma como a linguagem estrutura as categorias pode nos ajudar a nos movimentarmos em direção aos lugares discursivos que desejamos ocupar? Conectar conceitos da área dos estudos aplicados da linguagem com outras noções que circulam na sociedade pode ser uma forma de abordar – e quiçá de abalar, ou de romper - as engrenagens da roda social da qual fazemos parte.

Referências

- ALLEN, A. Michael Young's The rise of the meritocracy: A philosophical critique. *British Journal of Educational Studies*, v. 59, n. 4, p. 367-382, 2011.
- BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R (Eds.). *Situated literacies: reading and writing in context*. London: Routledge, 2000.
- COULMAS, F. *Escrita e sociedade*. São Paulo: Parábola, 2014.
- FILHO, M. A. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. *Jornal da Unicamp*. 2017. Disponível em: [<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>]. Acesso em: 06 jun. 2022
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. Volume 22. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- KLEIMAN, A. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- LOPES, A. C.; FACINA, A; SILVA, D. N. (Orgs.). *Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- MCINTOSH, P. White privilege: Unpacking the invisible knapsack. *Peace and Freedom*, July/August, 1989.
- PENNYCOOK, A. *Language and Mobility: Unexpected places*. Bristol: Multilingual Matters, 2012.
- ROTHMAN, J. The Origins of "Privilege". *Page Turner: The New Yorker*. 2014. Disponível em: [<https://www.newyorker.com/books/page-turner/the-origins-of-privilege>]. Acesso em: 06 mar. 2022
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STREET, B. V. *Literacy in theory and practice*. New York: Cambridge University Press, 1984.